

CAMINHOS DA MEMÓRIA: PARENTESCO E PODER

Letícia Bicalho Canêdo

1 - “Político mineiro não escreve. O arquivo mineiro está na memória”, disse Eugênio Klein Dutra, um experimentado homem político de Minas Gerais. Uma resposta seca à pergunta que lhe fiz sobre as condições para se estudar o caráter dos mandatos eletivos dos mineiros. A pergunta sintetizava minha preocupação com a soma de poder detida pelas elites mineiras ao longo do Império e da República brasileira: cinco presidentes da República, muitos ministros das pastas mais importantes, sete vice-presidentes da República, uma forte representação nas principais Comissões de Finanças e da Justiça na Câmara Federal e, ainda, a ocupação dos principais cargos públicos em todos os Ministérios.

2 - “Você precisa procurar as famílias antigas”, completou um outro político presente na discussão citada, deixando entrever que a elite política mineira estava presa numa rede de parentesco a controlar a política do Estado do nível local ao nacional. Uma observação que ampliava a conhecida relação entre família, sociedade e poder local.

Letícia Bicalho Canêdo é doutora em Ciência Política e professora da UNICAMP.

Textos Hist. 2 [3] (1994): 85-122.

Ao trazer essas duas observações, extraídas de uma pesquisa em curso acerca dos mecanismos de transmissão de um patrimônio político familiar, não pretendo o reinício dos debates em torno do arcaísmo ou da modernidade política. Na escolha dessas frases, está somente o meu interesse em introduzir alguns elementos de reflexão capazes de nos auxiliar a chegar a um dos mais tortuosos caminhos da memória: a memória política. Um objeto mal pensado pelos historiadores, considerando que a política é conhecida como a arte de jogar a curto prazo. Ora, a memória pressupõe a duração.

A duração em política me apareceu como problemática porque, ao contrário da afirmação do ex-deputado Klein Dutra, descobri que os políticos mineiros escreveram sua memória, deixando-a escondida nas dobras de genealogias. Nelas ordenaram sua visão do mundo em listas de casamentos onde a regularidade existente na escolha dos cônjuges e da ocupação profissional indica o domínio prático da lógica necessária para garantir a permanência de uma ordem política baseada no poder da burocracia do Estado. Esses políticos deixaram, ainda, a condição dos seus mandatos eletivos registrada nos objetos, isto é, nas estátuas erigidas em honra a seus ancestrais políticos, nos prédios públicos com seus nomes de família gravados e misturados com retratos de antepassados, todos eles cuidadosamente marcados com referências que comprovam a dedicação de cada retratado ao serviço do Estado. É uma memória que se movimenta também nas festas regionais e nacionais, reativada nas comemorações cívicas e populares. Elas exibem e medem a longevidade e a força dos detentores de uma autoridade política, tanto pelo número de citações dos nomes da parentela que se mostra sempre presente, como pelo conjunto dos aliados e afiliados dispostos a prestigiá-los nessas comemorações.

A importância política da análise desses rituais está no

fato de eles reativarem não só a memória familiar, mas também a da população, preparando-a para o ritual maior das eleições que se sucedem em tempo marcado. O resultado delas, expresso em números, esconde dos desavisados que por trás do agregado mecânico dos resultados eleitorais está o gesto eleitoral, isto é, o gesto de marcar ou escrever um nome dentro do isolamento da cabine eleitoral e colocá-lo dentro de uma urna - gesto considerado individual, livre das relações sociais preexistentes. Entretanto, nesse gesto, costuma-se esquecer, estão embutidos todos os demais gestos da vida social. Unidos, fazem o milagre de transformar o ato de votar, construído junto aos demais mecanismos que conduziram à "invenção do cidadão", de ato isolado em reativador de uma memória coletiva. É essa memória que intervém na hora do gesto de votar, assinando os herdeiros, isto é, as garantias simbólicas da identidade de uma determinada comunidade. É ela que consagra, contraditoriamente, eleição após eleição, o poder dessas chamadas "linhagens políticas".

As normas de conduta política, interiorizadas nos cérebros e nos corpos por meio dos rituais, aparecem impensadas na maioria dos trabalhos sociológicos e históricos que tomam por objeto os mecanismos pelos quais são gerados os processos de troca característicos da "democracia representativa". No meu entender, entretanto, são nesses rituais que a História se esconde melhor do olhar usual do historiador, pois são eles que ordenam as categorias de pensamento e de percepção que aplicamos espontaneamente ao mundo político, dando-lhe a duração, isto é, a possibilidade de se falar no passado quando se está falando de algo no futuro que se estabilizou ¹. Como já foi dito por um sociólogo, a história inscrita nas coisas e também nos corpos acaba por criar espécies de programas (no sentido da informática), historicamente montados, e que são responsáveis pela eficácia dos estímulos desencadeados por aqueles que detém o domínio prático da política ². Digo isso, porque,

estando simplificados em códigos, esses estímulos convencionais e condicionais só podem se exercer em organismos dispostos a percebê-los, pois chegam de forma simplificada, sem passado, sem presente e sem futuro ordenado de forma cronológica, mas com todas a dimensão das instabilidades e possibilidades históricas reais aí contidas.

A importância científica em se estudar essa simplificação dos sentidos está, também, no fato de ela acarretar no universo intelectual um fenômeno estranho: o de apagar tecnicamente a memória da construção das relações sociais e políticas. Reduzida nos conceitos, nas siglas, nos números agregados mecanicamente e mesmo no nome das instituições (partido político, voto, Parlamento, etc.) essa construção desaparece, pressupondo-se a existência prévia do que é resultado de um longo e penoso trabalho político recheado de ações de força simbólica ao longo do tempo.

Tudo isso esta sendo dito para explicitar o interesse em seguir o fio condutor que nos oferece o registro genealógico do parentesco, e o ritual gerado pelo seu uso, para melhor compreender tanto a duração em política, como a dificuldade do meio intelectual em assumi-la. A intenção é a de propor um novo conjunto de informações como contribuição às reflexões sobre o tortuoso caminho mal trilhado da memória política. Para tal, discutirei, em primeiro lugar, minhas hipóteses sobre o mecanismo de simplificação que contribui para retirar da historiografia brasileira uma reflexão mais atualizada sobre os temas da filiação, das teias de aliança e parentesco e dos símbolos que elas suscitam na reprodução das posições de poder. Em seguida, tratarei da reconstrução genealógica como um dado importante para a compreensão dos indicadores de poder político elaborados no interior de um determinado grupo social.

REVISTA DE HISTÓRIA E SOCIOLOGIA, vol. 1, no. 1, p. 88-100, 1978.

Parentesco e poder - tradições do estudo

A política - esfera do público - e a família - esfera das relações que o indivíduo mantém com os seus parentes - costumam ser vistas nas sociedades democráticas como dois mundos impermeáveis. Nas relações sociais brasileiras, entretanto, aparecem estreitamente misturadas³. Talvez por esta razão, este tenha sido um dos temas de estudo mais conhecido e mais mal conhecido na produção histórica e sociológica do Brasil.

A literatura clássica preocupou-se com o problema, evocando a realidade dos laços familiares e seu caráter operatório no universo político. Na linhagem de intelectuais que pensaram sobre o assunto, sobressaem Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. Foram eles que, como se sabe, lançaram, nas décadas de 1920 e 1930, os elementos que até hoje servem de base para uma apreciação geral sobre “o homem brasileiro” e sua dificuldade para adaptação à democracia.

Ao que tudo indica, Oliveira Vianna foi o primeiro autor brasileiro a se preocupar em realizar análises sobre a relação Estado/Sociedade no Brasil, nas quais a problemática dos clãs familiares assume vulto. Para ele, o “espírito de clã”, fundamentado na tradição ibérica, singularizaria o nosso povo em relação a outros, em especial aos ingleses. O iberismo, entendido como a negação da sociedade utilitária individualista, da política contratualista, do mercado como ordenador das relações econômicas, teria impedido, ou tornado inoperante, as instituições sociais modernas no Brasil. As palavras do autor esclarecem melhor:

“O homem que não tem terras, nem escravos, nem capangas, nem fortunas, nem prestígio, sente-se aqui, praticamente fora da lei. Nada o ampara. (...) O que os quatro séculos de nossas evolução lhe ensinaram é que os direitos individu-

ais, a liberdade, a pessoa, o lar, os bens dos homens pobres só estão garantidos, seguros, defendidos, quando têm para ampará-los o braço possante de um caudilho local. (...) Toda a sua psicologia política está nisso.”⁴

Diante desse raciocínio, Oliveira Viana defendeu a interferência do Estado como o grande promotor do civismo e, particularmente, da paz social. Em país que só conhece a política de clã, dizia ele, a centralização política seria a melhor garantia de liberdade. O corporativismo, neste sentido, poderia ser considerado o meio ideal para atingir tal fim. Forçar as categorias sociais a se organizarem em sindicatos, corporações e outras organizações civis seria, no caso brasileiro, a única maneira de se exercer a cidadania e controlar os clãs rurais.

A proposta de Oliveira Vianna para organizar e modernizar o país, portanto, não desviaria a sociedade das suas raízes. O novo Estado que adviria do corporativismo seria uma espécie de grande patriarca benevolente velando sobre o bem-estar da nova grande família brasileira, liberta dos clãs mandões.

Sérgio Buarque trabalhou com o mesmo conjunto de elementos de Oliveira Vianna. No seu ensaio clássico, *Raízes do Brasil*, está desenvolvido o conceito de “cordialidade” do homem brasileiro, também derivado da “cultura da personalidade” ibérica. Diz o autor:

“A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que estas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qual-

quer coisa de coercitivo - ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças (...). Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez (...). Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar.⁵

Por meio da "cordialidade", Sérgio Buarque explicou o porquê da inexistência de formas de associativismo no Brasil, e a razão de os partidos políticos serem percebidos como algo indistinto na nossa sociedade. Para ele, desde o Império (1822-1889), os indivíduos se filiavam aos partidos a partir da mesma concepção de que pertenciam a famílias patriarcais, onde os vínculos pessoais de lealdade unem a todos, não por interesses ou idéias, e sim por sentimentos.

Ao contrário de Oliveira Vianna, entretanto, Sérgio Buarque não fez qualquer proposição para organizar o país real. Ele não visualizava os traços culturais do homem cordial como fatalidade insuperável. Acreditava numa saída original que seria aberta pelo movimento de forças antagônicas. Nesse sentido, não pensou em qualquer atribuição da vontade de alguns indivíduos ou de sistemas políticos artificiais, impostos por técnicos ou homens de saber.

O sucesso desses dois intelectuais foi grande no meio acadêmico. Entretanto, ao desenvolverem o conceito de mentalidade do homem brasileiro como produto cultural construído ao longo de um processo histórico, enredaram os cientistas sociais brasileiros em dois dilemas sem solução acabada: 1) o futuro representado pelas relações impessoais, contra o passado arcaico dominado por relações particularistas a bloquear o espaço público democrático; 2) compreender a sociedade dentro de um processo de mudança (como pensava Sérgio Buarque), ou organizar o "país real" (como acreditava Oliveira Vianna)?⁶

No meu entender, o dilema arcaico/moderno, compreender/organizar o país escamoteou a insuficiência de reflexões sobre o fenômeno da política no Brasil, em especial o que se refere à institucionalização dos partidos. Uma simplificação do sentido da duração substituiu a problemática das instabilidades e possibilidades, presente no campo institucional, pela importância ilusória conferida às regras instituídas. Quero dizer, existe uma crença prévia no que deve ser considerado democrático.

Digo isso, porque, após 1946, pelo que pude observar através da historiografia, os sociólogos políticos, impressionados com a novidade do pluripartidarismo praticado após o regime autoritário de Getúlio Vargas (1937-1945), abandonaram o dilema clássico, voltando-se para as tradições do estudo dos partidos políticos europeus. Com isto, desprezaram qualquer possibilidade de ver, na tentativa de legitimação e consolidação dos partidos (ou na dificuldade para a consolidação deles), a ação de reativar os enraizamentos locais e as filiações ancestrais, como na prática acontecia. Houve o que se poderia chamar de acomodação de objeto, sob o ponto de vista normativo. Tornou-se impossível pensar o bom funcionamento da democracia sem a referência aos partidos nos moldes classificados pelas lideranças européias⁷. O caráter arcaico de tal ou tal modo de organização também corria a discussão, sempre permeada de críticas à tradição brasileira de partidos nascidos e estruturados dentro da burocracia do Estado.

O sociólogo francês Duverger, nesta situação, tornou-se uma referência completamente rotinizada, a partir do seu importante livro *Les Partis Politiques*, lançado em 1951⁸. Assim, o campo político ficou livre de reflexões mais refinadas sobre como os agentes interessados em política servem os partidos e se servem dele das maneiras as mais diferentes⁹. Numa sociedade que se modernizava, desenvolvia seu parque industrial de

forma planejada, controlada pelo Estado, mas com partidos políticos atuantes num parlamento, seria de muito mais importância classificar os partidos do que pensar no incômodo problema levantado pelos textos daqueles que pensaram o Brasil na década de 30. A relação parentesco e política, dessa forma, foi relegada para a micro sociologia, a fim de assinalar uma especificidade local, arcaísmo bem conhecido. Na verdade, uma maneira de proclamar a impossibilidade dessa relação se produzir numa sociedade moderna.

Considerar o impacto do trabalho de Duverger na década de 50 sobre os sociólogos brasileiros e compará-lo com aquele causado pelos textos dos que pensaram o país na década de 30 traz uma reflexão intrigante sobre as bases de formação do universo político do intelectual: o texto erudito e a linguagem jornalística.

Nos textos eruditos, os cientistas políticos registram os produtos de práticas invocando a ciência a seu favor. Os agentes ficam mais ou menos afastados das coisas observadas por eles. Nos textos da década de 50, por exemplo, chama a atenção a forma como a esperança num Brasil moderno, trazida pelo desenvolvimentismo foi expressa: a dicotomia partido burocrático, partido de massas de Duverger sai da lógica do "quadro pensante", no sentido dado por Weber ao "tipo ideal", para um tipologismo com um fim em si.

A linguagem jornalística, ao divulgar os dados oficiais das eleições, as siglas partidárias e burocráticas do Brasil moderno nas páginas principais, dá o tom necessário para se ignorar o que estaria bloqueando o espaço democrático.

O que quero dizer é que nesses dois tipos de textos percebe-se bem o comportamento técnico da sociedade moderna alterando a linguagem da duração temporal existente

nos textos de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque, os quais levaram os intelectuais ao dilema da mentalidade ibérica. Ora, o comportamento técnico tem um objetivo, que é dizer o máximo com o mínimo. No caso dos resultados eleitorais ou dos partidos, os números ou as siglas passam a representar uma estilização de toda uma construção social. É esse mínimo estilizado que faz tornar ausente o que era presente, porém que permanece na prática dos políticos. Refiro-me, naturalmente, aos grupos familiares, susceptíveis de produzirem efeitos muito diferenciados ao serem objeto de investimentos e usos os mais variados. No meu entender, a linguagem introduzida pela sociedade técnica, ao trazer uma nova maneira de pensar sintetizada, simplificadora do sentido das coisas, contribuiu, para o esquecimento do significado da instituição partidária, retendo somente o interesse por ela.

Penso que foi esse mais um dos motivos da inibição de pesquisas possíveis sobre as relações entre família e política. Como seria possível voltar a interrogar sobre algo que fazia parte do passado arcaico? Dentro da problemática do Brasil que se modernizava, o importante era transformar o partido político em instrumento de análise política, e não num objeto de análise. Como objeto de análise a reflexão sobre o problema implicaria numa ação, e não numa reação aos acontecimentos. Como instrumento de análise, isto é, como reação, era mais importante ver e contar as pessoas votando em homens de partido do que pensar nas relações que elas mantinham com a tecnologia do sufrágio ou com o trabalho de construção das relações de concorrência entre as pessoas, necessário para fazer existir esse tipo de relação tão particular que é a relação partidária. Para a Ciência Política, História Política e Sociologia Política, a família, nesse sentido, não poderia ser problema de interesse central, a não ser como lugar de introdução ao político. Dessa forma, a família passou a dividir com a escola a função de inculcar comportamentos políticos. Melhor dizen-

do, sublinhou-se a função da família. As análises passaram a ser feitas unicamente para utilizá-la como categoria de intervenção de políticas públicas. A terminologia usada para se referir à família quantificada nos dados estatísticos é aquela saída do direito civil (casado, solteiro, escolarizado, menor de idade, etc.). Os dados estatísticos são aqueles gerados e controlados pelos agentes da burocracia do Estado (IBGE, IPEA etc.)¹⁰

Assim, a família simplificada em códigos e a política sintetizada em siglas num país que se modernizava em siglas e números impediu a visão dos novos contornos do desenho da legitimidade eletiva, construído com a orientação da duração.

Ao naturalizar a organização partidária e o interesse pelo voto que pacifica a competição entre elites, ignorando (pela condenação) a presença do parentesco como vetor de redes políticas e condição de acesso aos mandatos eletivos, os analistas não puderam refletir sobre o universo de representações que a política carrega com ela. E desprezaram a influência que este universo exerce na nossa percepção do poder, bem como a marca que deixa presente no princípio de organização e de coordenação da ação política. Na verdade, tratou-se com grande familiaridade a palavra “representação”, ignorando-se a sua complexidade.

Famílias de Minas Gerais e a Política

No caso de Minas Gerais, a marca do parentesco no princípio da organização da ação política foi exposta em 1956 por Cid Rebelo Horta, descendente de uma das mais antigas famílias da elite política mineira. Seu trabalho, intitulado “Famílias Governamentais de Minas Gerais”, foi apresentado no II Seminário de Estudos Mineiros, na UFMG, um ano após a pos-

se de Juscelino, em meio a discussões sobre o sentido de se assessorar o governo, dotando-o de profissionais especializados¹¹. Surpreendeu os analistas científicos da época ao apresentar a elite mineira presa, não em partidos ideológicos, mas numa rede de 27 famílias a controlar a política do Estado do nível local ao nacional. E só não causou incômodo maior porque a sua afirmativa sobre a persistência dos mesmos nomes na atividade de controle e comando da política tinha por explicação a “continuidade da estrutura econômica, inteiramente ligada aos senhores de terra”. Entretanto, Horta, e todos aqueles que hoje o citam subjugados pela descoberta desse conjunto familiar, não deu a devida atenção ao fato de que, nos quadros familiares organizados pela pesquisa, não aparece a propriedade da terra como fonte de poder. Dentro da própria família Horta, a ligação com a Corte do Rio de Janeiro tem um sentido mais forte do que o domínio da terra.

A relação entre o domínio político do Estado e a grande propriedade rural de Minas, não se pode negar, é uma idéia sedutora. Sobretudo levando em conta o fato de que durante toda a Primeira República - período em que somente São Paulo podia disputar com Minas no campo político nacional - a política mineira era dominada pela “Zona da Mata” e pela “Zona Sul”, regiões onde a cultura do café era dominante. Mas é justamente esse raciocínio o que impede a percepção de outras condições para a existência da dominação política familiar e suas fronteiras.

Nesse sentido, é curioso observar que só após a industrialização de Minas Gerais - acontecida tardiamente em relação a São Paulo (década de 70) - algumas pesquisas começaram a mostrar que a elite política não representou o café, nem qualquer outro interesse econômico do Estado. Precisamente por esse motivo ela pôde construir uma coalizão interna e, ao mesmo tempo, tornar-se capaz de jogar papel central na políti-

ca nacional¹². Amílcar Vianna, um desses pesquisadores, para chegar a uma tal conclusão examinou, entre outros dados, a composição da elite com base na análise da biografia de 545 personagens - membros da Assembléia Legislativa e/ou do Congresso Federal e/ou colocados entre os altos cargos da administração pública desde 1891. Constatou que não somente 85% dentre eles eram constituídos de bacharéis, mas também que a representação da região do café era medíocre. Seus dados indicam ainda a importância dos laços familiares como o caminho mais importante de acesso à elite política¹³. Eles são considerados muito mais decisivos do que a propriedade do capital econômico ou a participação na política local. A importância desses laços é demonstrada ainda pela distribuição ocupacional da elite. O tempo de permanência de certos nomes de família não foi negligenciado: os que possuíam os laços familiares mais fortes beneficiaram-se de uma presença mais longa dentro da elite política.

Essas observações, já por si, ajudariam a entender o espanto da Prof. Maria Armanda relativa ao projeto de constituição da Faculdade de Ciências Econômicas em Minas Gerais, no ano de 1941: "Um programa amplo de atuação em diferentes setores, que soa um tanto deslocado frente à realidade (agrária) de Minas (...). Pressupunha a formação de um profissional, cujo perfil extrapolava a demanda regional, mas que se tornava necessário no plano nacional". Uma afirmação melhor explicitada por Bolívar Lamounier: "Eu me lembro de ter lido uma vez a oração que Oliveira Vianna fazia na abertura da Escola de Sociologia e Política de São Paulo...É interessante que ele dizia ali um pouco ingenuamente, pois ele era excessivamente tecnocrático...ele imaginava uma escola que, na verdade, se realizou em Minas. Quer dizer, uma escola para formar pessoas que vão pensar os problemas do governo"¹⁴.

Não á-toa, a historiadora americana Frances Hagopian,

trabalhando com dados mais recentes, cita os mesmos elementos para tentar distinguir a elite mineira: em primeiro lugar, o trato com as questões públicas de forma centralizada; em segundo lugar, as conexões familiares para a ascensão ao centro, esfera política para o exercício da dominação oligárquica. "A mistura de raízes oligárquicas, serviço público e freqüentemente competência técnica entre os notáveis são aspectos da política de Minas que permanecem intocados", escreveu ¹⁵.

De acordo com a imprensa, em 1981, pelo menos 16 deputados federais de Minas Gerais e 28 representantes da Assembléia Legislativa mineira ainda pertenciam às 27 famílias governamentais ¹⁶. Mais do que isso, seus membros são freqüentemente encontrados nos altos postos ou em posições para intermediar quem, se não eles, crescerá na política de Minas e no Estado. Novas elites políticas devem suas obrigações e posições às antigas.

Em todos esses casos se fala de oligarquia, de conexões familiares, laços familiares e fica ausente o indivíduo que age e as condições sociais de produção dos agentes que se eternizam nos postos e os transmitem a seus familiares, com a concordância da população que neles vota.

Levando em conta esses aspectos e os termos utilizados na historiografia para explicar, sem sucesso, o "mistério político de Minas": dominação familiar, oligarquia, mentalidade ibérica, cultura política e patrimonialismo, propus-me um outro ponto de partida para estudar o problema. Em lugar das imagens, dos conceitos, do signo e da reação, procurei desvendar as condições sociais de produção dos homens políticos, utilizando-me de uma genealogia. Com base nos resultados dessa pesquisa, apresentarei aqui as trilhas abertas para o esclarecimento do milagre da reprodução das antigas famílias mineiras no campo político. Um milagre, considerando o fato de que

elas vivem numa sociedade que se organiza por meio de leis que ignoram os privilégios do nome e para a qual os partidos políticos se tornaram condição importante no jogo da sucessão. Na verdade, esta será uma reflexão sobre a duração em política.

1. Uma categoria de parentesco

A genealogia: o presente estabilizado no futuro

A genealogia é uma fonte de dados muito curiosa porque legitima determinada descendência, assegurando, no seu traçado, a continuidade e a coesão de diversas gerações de uma família. Dessa forma, torna verdadeiro muitos parentescos que, na verdade, foram construídos sobre a base de diversas manipulações. Trata-se de manipulações necessárias à acumulação de um capital simbólico: os elementos da experiência coletiva que um determinado grupo procura lembrar e ver lembrados são filtrados pelo genealogista que os transforma em símbolos. São símbolos de experiências sociais consideradas importantes, que devem ser transmitidas por meio de exemplos concretos, com capacidade de aglutinar pessoas para uma mesma visão do mundo, oferecendo a elas uma identidade. Na memória dos indivíduos passa a coabitar a memória específica da família misturada com as lembranças ligadas à sociedade em geral.

Este aspecto da construção genealógica adquire um significado relevante para a atividade política, considerando que a força de lembrar na construção genealógica costuma ser proporcional ao valor que o grupo dá aos casamentos que podem assegurar a perpetuação do seu patrimônio ¹⁷.

É o que torna compreensível, por exemplo, a maneira como foram introduzidos tantos talentos políticos masculinos

numa mesma genealogia, como a que estudo. Grande parte desses talentos foi introduzida por meio do casamento com as mulheres obscuras que povoam a genealogia. Entre outros homens políticos assim introduzidos posso citar o marquês do Paraná - responsável pelo famoso Gabinete da Conciliação (1853-1857) e pelo Código do Processo Criminal de 1842, que atrelou as influências locais ao poder central; Affonso Penna 1847-1909 (Conselheiro do Império, muitas vezes ministro, presidente da República, entre outros cargos políticos); Benedito Valadares, falecido em 1978, conhecido como o homem de Getúlio Vargas em Minas Gerais durante a ditadura do Estado Novo, ou a "grande raposa mineira", o presidente do poderoso PSD, na década de 50.

Os personagens, assim incorporados para ajudar a formar um patrimônio político a ser confirmado socialmente, têm sido sempre, junto com outros nomes registrados na descendência, um grande recurso utilizado na prática política familiar. Digo isso, não só pela capacidade que eles têm de produzir sinais distintivos da qualificação política do grupo como um todo, mas pelo significado que adquirem nas ações e reações dos agentes interessados no jogo político. Esses agentes, pelo que acreditam que se espera deles e pelo que eles próprios esperam de si próprios como descendentes desses personagens, ficam sem outra escolha a não ser lutar para conservar ou aumentar o capital político familiar, "jogando com a margem que o jogo lhe deixa" ¹⁸.

É nesse sentido que a família, legitimada pelo escrito genealógico, isto é, a prova escrita de um capital acumulado desde muitas gerações, se transforma em trunfo importante no jogo político: ela se inscreve, e deve se inscrever numa continuidade, marcando dessa maneira a solidez de seu poder social, seu domínio do tempo e sua capacidade de adaptação ¹⁹.

Acentuo esse último aspecto porque um dos ramos familiares estudado a partir da citada genealogia mantém em sua região eleitoral, do Império até hoje, uma organização que faz da política uma das dimensões mais importantes das relações sociais. A população dessa região (Zona da Mata de Minas Gerais), como as demais proveniente de povoamento antigo do Estado, está dividida entre facções familiares que não se opõem por motivos ideológicos. Dessa maneira realiza-se nessas regiões um estranho milagre: o de manter, não importa se por tempos intermitentes, os mesmos grupos no campo de força política, seja no Império ou na República, tanto na ditadura como na democracia por meio de recursos sociais manipuláveis.

... e a família governamental, a família
... a família governamental, a família

A genealogia estudada: uma “griffe” política

Os homens políticos da Zona da Mata foram escolhidos para estudo em razão do meu interesse em compreender os mecanismos de reprodução do poder político em Minas Gerais. A escolha se justifica pelo fato de terem sido citados como pertencentes a uma das 27 famílias governamentais estudadas por Rebello Horta. Além do mais encontram-se celebrados numa genealogia publicada pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte. Uma obra a reafirmar, através do seu editor, a vinculação da família nas atividades do serviço público. Quero dizer, uma genealogia, que mistura, na sua publicação, os três elementos que, de acordo com Frances Hagopian, são exigidos para a ascensão da elite mineira ao centro político: raízes oligárquicas, serviço público e competência técnica.

Essa “griffe” política, construída pela prática de alguns na atividade citada, é a justificativa da obra feita pelo autor: “as famílias que dela proveêm são o que há de mais distinto nas legítimas e gloriosas tradições dessa terra esplêndida (...). Com-

preende personagens da mais alta expressão social e política: chefes de Estado, ministros, secretários, senadores, deputados, desembargadores, juizes, engenheiros, advogados, médicos, banqueiros, escritores, professores, militares, comerciantes, industriais, agricultores, jornalistas, sacerdotes, etc".²⁰

Tanto esta citação quanto o local da publicação do livro ordenam, portanto, as experiências profissionais da família e os valores que orientaram o padrão de conduta da descendência organizada pelo genealogista: em primeiro lugar, o serviço do Estado e a representação política; em segundo lugar, a preferência pelas profissões ligadas ao direito e à engenharia sobre as atividades de produção, sendo a observar que a agricultura e a religião foram levadas ao último lugar na preferência familiar. Onde ficam os clãs rurais?

Foi o que me deixou curiosa, pois as atividades preferenciais listadas indicam a valorização de um tipo de ajustamento às exigências do campo político. Ora, o campo político, como campo de força, supõe, da parte do homem político, uma capacidade para adaptar-se a situações indefinidamente variadas no contexto de novas instituições. Isto exige um tipo de competência de investimento muito difícil, pois dela está excluída a herança pura e simples.

A curiosidade aumentou quando, ao desconstruir a família construída pelo genealogista com a ajuda da informática, não consegui encontrar, em toda a descendência registrada, nem banqueiros, nem industriais. Os banqueiros citados pelo autor na introdução do seu trabalho eram aqueles que ocuparam cargos de direção nos bancos estatais. Da mesma forma, o conjunto de advogados e engenheiros citados não eram aqueles que se distinguiram por seu papel de profissionais liberais, mas os que demonstraram gosto pelo serviço público. Das 575 ocupações levantadas com a ajuda da genealogia, 375 são liga-

das ao serviço público (65%). Foi observado também que os deputados e senadores citados pelo genealogista eram aqueles que também ocupavam cargos de responsabilidade e competência técnica em órgãos do Estado.

Com os dados genealógicos confirmando o jogo de interesses familiares associados às posições no serviço público, procurei o ponto de partida da construção genealógica, a fim de apreender os significados que foram elaborados no interior desse grupo familiar. A partir daí procurei compreender o que o capacitou, durante mais de 150 anos, ao jogo num campo de força tão instável como o da política.

Os dados genealógicos no estudo da prática política de Minas Gerais

O ponto de partida escolhido pelo genealogista para construir a família é uma mulher. O autor diz querer reconstruir a descendência de sua trisavó, nascida em 1797. Nomeia uma mulher, e não um casal para justificar o começo de uma descendência que está marcada por personagens masculinos “da mais alta expressão social e política”.

Ora, na sociedade ocidental, a descendência é uma condição de poder masculino que se afirma por meio da patrilineariedade. Só o pai pode transmitir o nome. Assim, a descendência da trisavó Balbina Honória Severina Augusta Carneiro Leão está registrada na genealogia sob nome os mais diferentes, reconhecidos pelo genealogista na página de rosto da publicação. Aí se lê: famílias Carneiro Leão, Canedo, Oliveira Penna, Oliveira Diniz, Moreira Penna, Almeida Magalhães e outras. Acredito que um dos motivos, não explícitos, que levou

o genealogista a atribuir a uma mulher a primazia na criação dos laços de parentesco reside justamente na necessidade de garantir a consciência de uma identidade familiar pulverizada em muitos grupos familiares, nomeados diferentemente a partir de uma linhagem masculina. No caso de um patrimônio político, o grau de coesão interna de um grupo oferece um grande poder de barganha.

Mas o que dará coesão maior ao grupo, inscrevendo-o na duração em política, isto é, na ausência de nostalgia de um passado que está presente no futuro, é o fato de a noiva do casamento de origem da descendência, Balbina Honória, ser irmã do estadista Paraná. Este é o elemento que ainda hoje serve de identificação política do grupo: "sobrinhos do marques de Paraná" é como estão nomeados por Cid Rebelo Horta.

O casamento uniu uma família de comerciantes, com ligações internacionais, a uma outra de funcionários da Corôa portuguesa. Visto dentro da especificidade da história mineira, na qual a urbanização e a burocratização são anteriores à ruralização, o casamento revela dois aspectos interessantes:

1- a importância de laços familiares com portugueses brancos capazes de ampliar uma rede de amizades entrelaçada em corporações diversas, mas dirigidas para a Côrte. Sublinho esse aspecto porque a raridade de nomes estrangeiros na genealogia está de acordo com a realidade política brasileira que tolera mal a proximidade com o imigrante, que está relegado às atividades econômicas. No caso específico de Minas Gerais, salvo algumas exceções, até hoje, só existem mineiros natos atuando na política²¹;

2- o afastamento da família do movimento de ruralização que se abateu na região após a decadên-

cia da atividade de mineração do ouro. Sublinho, com esse aspecto, o valor dado pelo genealogista à opção da família para as engrenagens da burocracia de Estado.

Ora, o povoamento da região das Minas teve início no final do século XVII, com a descoberta do ouro. Durante todo o século XVIII, a riqueza das minas esteve na origem de um surto cultural que se manifestou dentro de uma vida urbana intensa e sem comparação com os modelos coloniais. Junto a ele, foi montado o grande aparelho administrativo português para fiscalizar a mais rica capitania do Império. Resultou daí um segmento da burocracia interessado em orientar seu grupo em torno do sentimento de pertencer a um conjunto prestigioso. Manter este prestígio significava provar condições para manter-se na orla do Estado. Com o esgotamento do ouro, a "ida para a roça" ficou associada à decadência, ao rebaixamento social, ausência de prestígio ou poder. Terras havia em profusão. Prestígio junto ao poder político, ao contrário, exigia um investimento muito mais custoso, nascido na concorrência. É interessante observar que os proprietários de terra de Minas Gerais sempre reverenciaram esse segmento, reconhecendo nele o mesmo prestígio que os grandes funcionários públicos atribuíam a si próprios.

Garantir o prestígio na burocracia de Estado foi a estratégia para a acumulação de um vasto capital político.

A estratégia liga-se à uma concepção de gestão comunal que encontra sua expressão primeira na onda de centralização promovida por Pombal, o qual trouxe ao Brasil administradores hábeis e eficientes, encarregados da reorganização dos interesses da Coroa ²². O fortalecimento dessa concepção veio com a necessidade de os agentes da burocracia defenderem seus privilégios, vivenciada na luta pela anulação das autorida-

des locais “filhas da eleição e das câmaras municipais”, no dizer de um crítico da Lei que reformou o Código do Processo Criminal, em 1841 ²³.

A Lei de 1841, como se sabe, foi a que criou uma magistratura profissional dependente do governo central por meio do poder de nomeação. Isto dava ao Ministério da Justiça o controle fundamental sobre seus representantes judiciais. O mecanismo de manipulação ficava por conta das remoções, uma periódica “contradança de juizes”. A disposição do juiz para servir o Ministério era, pois, um fator determinante para obter os melhores postos ²⁴. Essa Lei, apresentada como integração, sem violência, da sociedade às instituições parlamentaristas, teve como um dos principais artífices o citado marquês do Paraná. Seus parentes dela usufruíram para acúmulo de capital político ao seguirem a carreira clássica dos bacharéis da época: promotor, juiz municipal, juiz de direito, desembargador, postos entremeados com cargos de representação ²⁵. Explico melhor: ao chegar no seu posto, um juiz passava a administrar a vingança privada, como modo típico de controle social, por meio de normas codificadas e centralizadas no Ministério da Justiça.

A Lei de 1841 se entrosou nas instruções eleitorais de 1842 que, baseada no princípio “feita a mesa está feita a eleição”, legitimou as facções locais, incorporando-as em dois partidos nacionais: o Conservador e o Liberal. Digo “legitimou” porque as designações locais dos partidos eram infinitas, com traços caricatuais para designar sempre duas facções familiares. As regiões tradicionais de Minas Gerais continuam ainda divididas politicamente em facções que conservam o mesmo nome. Na região onde domina a família em estudo, por exemplo, embora os partidos tenham se transformado inúmeras vezes, ela continua designada por “Poaia”. Os “Poaias”, ainda aglutinados em torno do poder central, concorrem nas elei-

ções contra os "Goteiras", com liderança formada unicamente por senhores de poder local.

O arquivo de Antonio Augusto da Silva Canêdo, neto de Balbina Honória é interessante para a compreensão da disputa do Poder central contra o local. Ele exhibe rascunho de várias sentenças que ele, como juiz na Zona da Mata, proferiu para apaziguar brigas de famílias dos senhores locais, na década de 50 do século XIX. Encontram-se aí também cartas do Ministro da Justiça pedindo informações sobre pessoas a nomear, bem como rascunhos das cartas enviadas pelo juiz ao Ministro, fornecendo, com detalhes, as informações solicitadas. As cartas atestam também o seu papel, já como deputado geral do Partido Conservador, de intermediário entre os fazendeiros locais e as instituições de crédito centralizadas ²⁶.

Para chegar a tanto, foi importante o casamento dos filhos e filhas com pessoas bem implantadas no comércio: a filha mais velha de Balbina casou-se com um rico comerciante de Barbacena. Seus dois outros filhos, formados em Direito, casaram-se com as sobrinhas (filhas do comerciante). O mais novo, o já citado Antonio Augusto, casou-se com uma prima Carneiro Leão, e teve como padrinho de casamento o tio Honório Hermeto, então presidente do Conselho de Ministros. Isto permitiu às novas gerações o acesso às custosas escolas de elite, e às faculdades de Direito que preparavam para a função pública.

Os casamentos desse período podem ser vistos como o movimento para fazer face às transformações que tiveram lugar na sociedade com o fim da glória do ouro e com a organização do Estado nascente. A direção tomada foi possível dada a existência de capital econômico, social e escolar que se tornaram decisivos para o exercício do poder mediante os cargos públicos e as comissões jurídicas do Estado nascente ²⁷. Vem daí a importância que dou à construção desses casamentos,

considerando-os meios importantes para estabilizar, numa espécie de equilíbrio instável, a posição política alcançada.

Estratégias matrimoniais e duração em política

O estudo dos casamentos traçados na genealogia a partir do início do século XX esclarece as novas estratégias que possibilitaram aos homens políticos dessa família a adaptação necessária aos desafios suscitados pela descentralização advinda das instituições republicanas. Este estudo foi de grande importância. De outra forma não alcançaria os resultados aqui apresentados sobre o sentido da duração, pois, como é bem sabido, os agentes quase nunca dominam explicitamente os mecanismos cujo domínio prático é a condição do seu sucesso²⁸. Esses mecanismos estão como que simplificados em códigos, historicamente montados nos seus cérebros. Esses códigos respondem pela eficácia de estímulos desencadeados de fora.

Duas estratégias matrimoniais chamam a atenção nessa genealogia após a institucionalização da República: 1) alianças opostas; 2) alianças múltiplas entre grupos preferenciais.

Por alianças opostas, estou nomeando a prática de casamento que se tornou regular na família: casar os filhos diplomados com filhas de proprietários de terra de outra família. E, ao contrário, destinar as filhas ao casamento com homens políticos ou com funcionários públicos bem colocados na hierarquia, pertencentes também a outra família.

Chamo de alianças múltiplas o casamento de dois ou três irmãos e irmãs da mesma família com dois ou três irmãos de uma outra família. Esse último tipo de aliança mostra o interesse de certos grupos em se fechar neles mesmos para se

reforçarem. Não por acaso, são os que possuem também uma outra genelogia, com outra origem inaugural da família, conforme foi verificado nas entrevistas realizadas. E compõem o ramo que assegurou o poder a nível federal.

As estratégias do primeiro tipo se tornam mais claras quando se observa que a descentralização das instituições republicanas vai exigir a presença mais direta de membros da família no âmbito dos poderes municipal e estadual. Este tipo de casamento permitiu essa presença, bem como o fechamento da descendência Canêdo, em estudo no momento, com os barões do café da Zona da Mata. Pelo lado materno, seus descendentes aliaram-se à municipalidade, mantendo pelo paterno, e por intermédio dos ascendentes femininos, casadas com homens políticos ou altos funcionários públicos, a ligação com a administração central do estado. A transcrição de um trecho da entrevista realizada com o ainda chefe político da região de Muriaé, esclarece melhor esse aspecto:

“Em Muriaé eu tinha os dois lados. Do lado de minha mãe, havia o coronel Chico Pereira e o coronel Chico Theodoro(...) O coronel Chico Theodoro era filho do Coronel Francisco Theodoro, pai de minha mãe, chefe político dessa região.(...) Digamos que eu comecei minha vida política sob a proteção dos coronéis”²⁹.

O comentário do irmão do político acima explica melhor o poder “do outro lado”, o lado paterno:

“AH! Papai não deixou por menos. Quando eles (os coronéis da disputa local) quiseram impedir a posse do Chico Pereira (na prefeitura), papai telefonou imediatamente ao Dornelles, parente do Getúlio, casado com nossa prima. Como o Dornelles era chefe de polícia do estado, o Chico Pereira tomou posse”³⁰.

Para estabelecer uma relação entre as estratégias de casamento e o tipo de dominação que perdurou em Minas - controle do centro sobre o poder local -, é importante ter em conta que as alianças aqui descritas só se tornaram possíveis porque foram assumidas por pessoas que a isso se dispuseram e que, por seus investimentos anteriores, puderam se interessar por elas. Por exemplo, no caso dos fazendeiros: tudo indica que, ocupados em gerir unidades produtivas ameaçadas de crise, eles foram conduzidos a um tipo de escolha de casamento para suas filhas presos a uma vontade, jamais satisfeita, de relevo social. Usando uma expressão de Maria Arminda, os produtores de café mineiros sempre visaram a diferenciação social³¹. É possível que a glória efêmera dos tempos dourados pudesse ser novamente alcançada com o casamento das filhas com homens que pertenciam a uma família unida em torno de valores que ela própria se dava, a partir do lugar adquirido junto ao poder do Estado.

Mas o que mais interessa dizer é que essas estratégias matrimoniais deram nascimento a um tipo de homem político muito particular a Minas Gerais: possuidor de um nome fácil de ser identificado no campo político, ele não tinha, e não tem, laços econômicos diretos com a produção rural. Entretanto, estando ligado à região por meio de alianças com os proprietários que constituíam a elite local, passou a desempenhar dois papéis importantes: 1- o de mediador entre a municipalidade, o governo do estado e o governo da Federação; 2- o de protetor, no que se refere à distribuição dos recursos públicos (empregos, proteção policial, saúde, subsídios destinados aos trabalhos públicos de interesse local, etc); ou simbólicos (defesa da honra de uma facção).

A tarefa de mediador entre o Estado e o setor produtivo não era nova, pois já a desempenhava desde o Império³². Já a tarefa de proteção foi bastante reforçada a partir de 1946,

quando, paradoxalmente, os partidos passaram a ter maior importância no jogo da sucessão e o contingente da parentela empregada na burocracia estatal cresceu. Um crescimento vindo da necessidade de competência técnica imposta pelo desenvolvimentismo dos anos 50 e pela tecnocracia dos anos 70.

Ora, as mudanças impostas pelo regime autoritário consolidaram a hegemonia financeira da União que, responsável pelo surgimento de programas especiais para municípios, fez proliferar as agências responsáveis por esses programas e pelas transferências de recursos. A luta no campo administrativo passou a exigir negociação e poder de barganha de agentes políticos específicos, capazes de levar adiante não só planejamentos urbanos como colocá-los diretamente no interior das agências burocráticas estatais para serem financiados. É o que torna, ainda, os homens políticos desses grupos familiares indispensáveis à população e verdadeiramente representantes dos eleitores que os escolheram.

A duração em política: O passado nos rituais de um presente estabilizado no futuro

As situações referidas fazem parte do conjunto de dificuldades encontradas por um homem político que não possui laços com uma família enraizada na elite política, ou não tem à sua disposição uma extensa parentela com competência técnica saída das escolas de prestígio ³³.

Ora, esse tipo de política não existe mais, “estamos caminhando para a abstenção total da fidelidade e da solidariedade” gostam de dizer até mesmo os próprios membros dessas

linhagens políticas. "Sucesso político hoje se deve ao marketing e ao capital financeiro investido nas eleições", dizem outros. "As redes familiares não contam mais", procuram provar os profissionais do marketing político e os sociólogos. No meu entender, são frases como essas que tornam ausente o que era presente. Acontece que esse ausente está presente na prática política, ainda que sem a intensidade de antes. Caso contrário, como compreender a animação alcançada pelas eleições municipais durante o período militar? Todos sabemos que essas eleições enriqueceram as regras do jogo político e ajudaram a dar legitimidade ao regime ³⁴. Como explicar o fato de os descendentes de determinados grupos familiares continuarem, em proporção não negligenciáveis, a se reproduzir no espaço político de uma sociedade onde os partidos políticos são condições importantes no jogo da sucessão?

O que a pesquisa conclui é que não existe uma estratégia de poder que se estabeleça não importa a que preço. A duração em política exige mais do que isso, pois continua a ser possibilidade de atuar dentro de um jogo com regulamentos bastante complexos. São regulamentos que, mesmo não estando escritos, permanecem na memória social que está sendo constantemente reativada por meio de rituais.

O chefe político de uma facção com duração em política não improvisa, por exemplo. Comporta-se como o depositário de uma honra coletiva que, de forma ritualística, precisa ser afirmada e sustentada contra um rival. "A rivalidade local preserva o poder político", gostava de dizer Benedito Valadares. "Evita-se a entrada de estranhos na realidade municipal", completa um outro político. É o que explicaria a existência da alternância de dois grupos no poder com base no ritual do "despossuir o outro": deposição de membros de uma facção derrotada nas eleições com a conseqüente nomeação de membros da facção vitoriosa; festas da vitória em forma de

afrontamento ao adversário político; comemorações do “dia da cidade” realizadas face ao busto de ancestrais de uma facção política e encarregadas de dar sentido à divisão da realidade social; as bolsas de estudos para filhos de “protegidos” em escolas de prestígio; as ajudas na hora da doença e nos momentos difíceis, ligando o grupo familiar ao conjunto dos seus eleitores pela gratidão. Em resumo, os rituais de conservação dos mecanismos centenários de afrontamento e complementariedade. No meu entender, é por meio desses rituais de defesa da honra em forma de humilhação do adversário, da vingança privada tranvestida em disputa dentro de um partido político e corporificada na figura do chefe político, bem como da proteção em troca da gratidão que a sociedade mineira, com sua cultura própria, produz e reproduz sua organização política bipartidária e caracterizada pela alternância do poder.

Digo isso porque é só corporificado num partido que o grupo familiar se reproduz na política, conseguindo força e poder para fazer frente à facção rival: “Não me considero herdeiro de uma pessoa, mas herdeiro de um partido”, me disse Pio Canêdo, tetraneto de Balbina Honória e na atividade política desde os anos 20, em substituição ao seu tio, que por sua vez havia substituído o pai. Mais do que a substituição da organização familiar pela organização política, a frase indica o reconhecimento da impossibilidade de existência da duração em política sem investimento contínuo.” Política é um investimento difícil, que exige sacrifícios pessoais e a vocação para a vida pública”, completou o entrevistado. Em outras palavras, um político só se reproduz sendo capaz de assumir, na cena política, o destino coletivo de seus partidários. Ora, tal responsabilidade não se transmite por herança. Depende do querer se envolver, com a vontade e as intenções que dão vida aos agentes que dependem dessa vontade para garantir sua posição no jogo.

Um fardo? Com certeza. Mas estão quase todos dispo-

tos a carregá-lo, mesmo que o neguem: os filhos, as filhas, os sobrinhos, os afilhados, os protegidos. O contrário seria a morte social do grupo. Se detesta a política, mas torna-se impossível se afastar dela.

Sendo assim, a reprodução do capital político supõe não somente o reconhecimento e o apoio dos familiares ou próximos, mas também um trabalho contínuo de acumulação e gestão das relações sociais. Esse trabalho toma formas diversas, mas seu sucesso reside na possibilidade de se manter uma prática que tende a reforçar o “pessoal” contra o “impessoal”. Melhor dizendo, manter-se afastado do caráter de escolha individual. Diferentemente da escolha individual, a escolha pessoal tem o caráter de uma adesão, estando em pauta situar-se de uma lado da sociedade para, dentro de um complicado ritual de proteção, adquirir o direito de ser social.

Tentarei explicar o ritual da adesão por meio de trechos de uma entrevista concedida por um médico, primeiro filho a se formar numa família de cearenses. Após terminar sua residência no Rio de Janeiro, em 1979, esse médico, recém-formado, chegou à cidade de M., em Minas Gerais, onde estavam habitando seus pais. Acreditava que as portas se abririam para ele como médico. Lêdo engano. Seu curriculum de médico foi preterido pela necessidade de definir a adesão a um dos lados da disputa política. Assim narra o médico sua compreensão dos acontecimentos :

Aprendi que para vencer existe a competência, existe a parte política e existe essa coisa também dessa ramificação familiar. “Quem é você?” “De que família você é?”. E eu: “Sou de Fortaleza”. “Hi! É do Ceará? Tão longe...”. “Mas aqui em M. quem você...? Eu acabei me casando com uma pessoa cujo nome pesou muito. O nome do sogro. Ele era PSD doente. Então ficou aí em jogo a medicina, a política e de que família você é.

Sentiu a coisa? Três coisas, um triângulo. Primeiro: “De que família você é? Ah! É o genro do T. Fiquei como o genro do T.(...). Segundo: “Em quem você vota? E eu: “Tem isso aqui?”. Eles diziam: “É, tem isso” E a terceira: A competência.

Eu cheguei em M. e meu sogro me disse: “Você não vai para a Casa de Saúde. A Casa de Saúde é de pessoas da política contrária. O Hospital é nosso”. Mas eu queria o melhor, não é? Achava que a Casa de Saúde era um local melhor para trabalhar. O Hospital era velho, com uma má impressão aos olhos da sociedade (...). Comecei a frequentar a Casa de Saúde, ainda como estudante. (...) Pensei que iria trabalhar lá. Aí recebi o primeiro não da minha vida. O Dr. AW (um dos proprietários) me disse que havia mudado de idéia e que eu não iria mais trabalhar lá. Pensei que era ciúme. Eu era menino, não tinha essas maldades (...). Não tinha percebido o que havia por trás disso (...)

O próprio AW me disse: “É uma pena você ser um “poaia”. Ele dizia tudo, não é?. Você vê como a política entra em ação. O próprio AW perdeu a liberdade de ter um convívio comigo. Como ele poderia entrosar política, como entrosar o doente na hora da política se ele (doente) vai subir no palanque do Christiano (chefe político)? Até que ponto a política influencia as pessoas.(...). Procurei contornar isso fazendo de conta que eu não estava nem aí para a política. Mas ele sabendo que eu faço aniversário na minha casa e 80% dos convidados é gente do PSD. É natural. Os “poaias” estão lá ³⁶.

Toda a política mineira se definiu, pelo menos até os anos 80, nessa direção. Normas não escritas, mas conhecidas por todos, estabeleceram zonas de dominação do Estado sob forma de divisão entre as famílias vindas do século XIX (Moreira Penna, em Santa Bárbara, Andradas em Barbacena, etc.). Por isso estão tão presentes nas frases dos entrevistados a “lealdade

aos compromissos assumidos”, o “sacrifício que uns fazem pelos outros”. “Esse entrelaçamento de famílias...o entendimento entre elas...Essa mania dos mineiros de querer formar os filhos...Era um negócio interessante”, como disse Eugênio Klein Dutra.

Na verdade, um negócio interessante para aquele político que havia acumulado, individual e coletivamente, um capital simbólico feito de crença e de confiança, melhor dizendo, uma combinação variável de crença em sua competência e em sua moralidade.

A crença, entretanto, não nasce da ideologia de um partido, e nem da sua organização formal, e sim da habilidade necessária dos grupos políticos familiares para sustentar a divisão binária. Essa concorrência é fundamental para manter o equilíbrio tenso necessário ao jogo político. Cabe ao chefe político tradicional manipular as tensões que estão na origem do seu poder.

Vem daí a maneira como cada chefe político regional se filia, em Minas Gerais, a um dos dois grandes partidos nacionais e leva, na municipalidade, a população a se dividir: ou se pertence aos Bias ou aos Andradas, aos Canedos ou aos Tostes. Quanto aos partidos, ou bem se é pelo PSD ou se é pela UDN, como se era Conservador ou Liberal no Império, e hoje PMDB ou PTB. É o que explica, ao se examinar os resultados eleitorais de vários municípios mineiros, a ausência de votos em um terceiro partido. Em Muriaé, por exemplo, da mesma forma que o antigo MDB da década de 60, hoje o PT não consegue alcançar mais do que 1,5% dos votos no município ³⁶. É o que Mona Ozouf chamou de voto memória. De acordo com ela, numa região dividida entre duas dinastias, o ato do voto, suposto como individual, pode ser lido como um gesto coletivo. No momento do cerimonial, não existe a consciência de um

tempo decorrido, pois “os acontecimentos não se ordenam de forma cronológica, mas se agrupam como figuras típicas de um espaço restrito e particularizado”³⁷. Na hora de votar, escreve ela, o passado pesa sobre todos de forma instantânea.

Com a distinção entre o “eles” e “nós” sendo vivida de forma tão pessoal, a política torna-se muito concreta, visível. Pois pertence-se a uma facção porque o pai e também o avô já pertenciam a ela. As inimizades e as solidariedades são transmitidas através de gerações. Como contou um entrevistado:

“ O N. veio elogiando a administração do Christiano (na Prefeitura), falou todo o mal que podia do Paulo Carvalho pra depois me pedir pra ver se eu conseguia do Christiano um abatimento de 60% dos impostos atrasados dele, antes da posse do Paulo Carvalho. Olhei bem na cara dele e perguntei: Uail Você não votou no Paulo Carvalho? Peça a ele. Eu não tenho nada com isso. Aí ele me respondeu com a maior cara de pau: É a família, né? Nós sempre fomos udenistas, contra os Canedos. Não dá pra mudar”.

São fatos que não poderiam se transmitir se não existissem disposições ou hábitos socialmente instituídos, inegavelmente entranhados a desenvolver e fortalecer a crença no valor, aptidão e capacidade de um herdeiro político bem identificado.

Reativar essa crença é importante, por mais que os homens políticos digam que não devem nada às suas origens, e sim ao seu esforço pessoal.

A genealogia e as entrevistas exemplificam algumas das formas de incorporação das categorias de pensamento que os cidadãos aplicam espontaneamente às coisas do mundo político e social. São elas que dão sentido à duração em política. Ignorá-las seria aplicar à organização política categorias de pen-

samento produzidas e garantidas pela própria organização política. Ora, como acentua Bourdieu, o resultado de tal atitude seria o desconhecimento da verdade fundamental da organização política.

Notas

1. A duração em política, da forma como a desenvolvo aqui, deve muito às sugestões e críticas do meu colega Milton de Almeida..
2. Cf. Entrevista de Pierre Bourdieu ao *Le Monde*, 4/5/1980. Para o conceito de habitus aí implícito ver *Le Sens Pratique*. Paris, Minuit, 1980, cap. 3.
3. Para uma discussão antropológica do tema ver, em especial, Roberto da Matta. *A Casa e a Rua*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
4. Oliveira Vianna - *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia/UFF, 1978, pag. 147. A primeira edição é de 1920. Ver também *O Idealismo da Constituição*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, 2a. edição, cap. II. A primeira edição é de 1923.
5. Sérgio Buarque de Holanda - *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, pags 106-108. A primeira edição é de 1936.
6. Ver sobre este aspecto o trabalho de Angela de Castro Gomes - "A Dialética da Tradição". in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 12, vol.5, fev. 1990
7. Não é meu interesse fazer aqui uma discussão historiográfica. Entretanto, não posso deixar de tentar ilustrar o que pretendo dizer sobre o sentido de se aplicar esquemas e métodos de maneira prévia, pré-construídos, melhor dizendo, do ponto de vista

da descrição dos partidos políticos a partir de sua estruturação, tomando por conceitos o que é descrição, o que é dado ver nos partidos. Escolhi, ao léu, uma frase de Francisco Weffort em entrevista ao *Jornal da Tarde*. 17/11/88: "O PT exclui a hipótese do socialismo burocrático do tipo do Leste europeu, exclui a possibilidade da social-democracia à la Felipe Gonzales ou do SPD (Alemanha).

8. Duverger, M. *Les Partis Politiques*. Paris, A. Colin, 1951.
9. Uma discussão semelhante a que faço aqui encontra-se no livro de Michel Offerlé - *Les Partis Politiques* - Paris, PUF, 1987. Ver também, do mesmo autor, "Regards sur les organisations politiques". in *Politix*, Paris, Université Paris I, Printemps, 1988, em especial pag. 46-59.
10. Ver Letícia Canêdo - "A família, a escola e a questão educacional", in *Leitura: Teoria e Prática*. ano 12, junho/1993, nº 21
11. Sobre o momento da apresentação do trabalho, ver o interessante estudo de Maria Arminda Arruda sobre o processo de institucionalização das Ciências Sociais em Minas Gerais: "A Modernidade Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais", in S. Miceli (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais, IDESP, 1989, vol. 1.
12. Ver em especial Vianna Martins - *A Economia Política do Café com Leite*. Belo Horizonte, UFMG, 1981. "The White Collar Republic: Patronage and Interest Representation in Minas Gerais". Tese de Doutorado. University of Illinois, 1986.
13. Ver também sobre esses aspectos John Wirth - *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira - 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
14. Entrevista concedida a Maria Arminda, citada em "A Modernidade Possível; Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais", opus cit, pag. 254.

15. Fances Hagopian, "The Politics of Oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil". Thesis submitted to the Department of History - Massachusetts, Massachusetts Technology University, 1990, pag. 230.
16. *Estado de Minas*, 1/8/81.
17. Ver P. Bourdieu, "Les stratégies matrimoniales dans le système des stratégies de reproduction"- *Annales*, 1972.
18. P. Bourdieu - "História Reificada e Incorporada", in *O Poder Simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989, pag. 85,
19. Sobre memória familiar ver B. le Wita - "Memoire: L'avenir du present", in *Terrain* n° 4, mars, 1985.
20. Waldemar Alves Pequeno - *Raízes Mineiras e Ceenses*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1970. O autor da genealogia, também aí registrado, exerceu, ao longo de sua carreira profissional, entre outros, os cargos de delegado de polícia, juiz de direito, chefe de polícia de Minas Gerais, prefeito, além de ter sido membro da poderosa Comissão Executiva do PRM. Foi também membro da Academia Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Minas Gerais.
21. O grande memorialista mineiro Pedro Nava tem observações interessantes sobre casamentos realizados fora de Minas Gerais. Ver em especial, *Galo das Trevas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pag. 235. Assis Barbosa, no célebre livro *Juscelino Kubtschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, pag. 235-236, observa a dificuldade de a elite mineira absorver elementos estranhos a ela.
22. Ver sobre o assunto Fernando Uricoechea - *O Minotauro Imperial*, São Paulo, DIFEL, 1978, cap.II.
23. Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1976, pag. 333 do vol. I.

24. Ver sobre o assunto Thomas Flory - *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986, pag. 283-286.
25. Cf. Sérgio B. de Holanda - *História da Civilização Brasileira*. Tomo IV, vol. 5, pag. 83.
26. O citado arquivo encontra-se na Fundação Henrique Hastenreiter, Muriaé, MG.
27. Para análises mais cuidada dessas estratégias de casamento e dos cargos ocupados pela família construída pelo genealogista ver Letícia Canêdo - "Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política", in *Educação e Sociedade*, ano XI, agosto de 1991.
28. Ver Bourdieu, "História Reificada e Incorporada", opus cit.
29. Pío Canêdo. Entrevista de pesquisa (20/7/86). Iniciou sua carreira política na década de 20, durante a campanha da Aliança Liberal da qual fez parte junto com o primo Afonso Penna Júnior. Entre outros cargos, ele ocupou o de prefeito de Muriaé, foi deputado em várias legislaturas, secretário do Interior, secretário da Agricultura, um dos fundadores e líder do PSD, vice-governador do estado de Minas Gerais, vice-presidente do Banco do Estado de Minas Gerais, diretor da Fundação João Pinheiro.
30. Entrevista de pesquisa. Afonso Canêdo, 23/12/88.
31. Arruda, Maria Arminda Nascimento - "O Mito da Mineiridade"- Tese de doutoramento, FFLCH, USP, 1987. Ver também Blasenheim, Peter Louis- "A Regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906" - Stanford, Stanford University, 1982, pag 43.
32. Sobre as dificuldades da economia mineira ver, em especial, Amílcar Vianna Martins, opus cit. Ver também Roberto Martins, "Growing in silence". Vanderbilt University, Nashville, 1984.

33. Sobre a educação escolar dos membros da genealogia citada ver Letícia Canêdo, opus cit.
34. Ver sobre o assunto Francis Hagopian - "The politics of oligarchy: the persistence of tradicional elites in contemporary Brazil", opus cit. pag. 284.
35. Entrevista realizada em julho de 1993.
36. CF. *Atas de Apuração das Eleições do Município de Muriaé (1960-1983)*. Arquivo particular do Sr. Paulo Fraga, considerando que o Tribunal Regional Eleitoral obriga à destruição dessas Atas após cinco anos de realizadas as eleições.
37. Mona Ozouf " Quelques remarques sur l'acte de vote dans une commune bretonne". In *L'acte du vote en question: Expériences françaises et étrangères de la pratique électorale*. Paris, Université Paris I, 1992, (mim.). A pesquisa de M. Ozouf foi feita sobre os resultados eleitorais de 8 cantões da Bretanha, entre 1877 e 1976.